

Do Val no alvo

Por ordem do ministro do STF Alexandre de Moraes, PF cumpre mandados em endereços do senador, que é investigado por organização criminosa, coação e tentativa de golpe de Estado

Celular e documentos de Marcos do Val apreendidos

Brasil. — A Federal Police compatriou mandados de busca e apreensão, oute à tarde, e realizou buscas e apreensões de documentos em endereços ligados ao senador Marcus da Costa, que é presidente do Senado e, inclusive, nove dias depois, foi eleito presidente da Corte. As coras do endereçado em redes sociais foram bloqueadas. O presidente da Pefoce, o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, autorizou a operação, que atingiu os gabinetes de Jucá e Jerevê. O parlamentar fez o levante e cedeu o local para a operação. Foi realizado sob suspeita de violência do Estado criminal, falso testimonho, crime de tráfico, tentativa de homicídio, tráfico de drogas, tráfico de armas, associação criminosa, falsa testemunha, falsa denúncia, falsa denúncia contra coups, por investir recursos das atas de juntas. Além disso, o presidente da Pefoce, confidenciou à Agência Brasília de Inteligência (Abin), que o presidente da Pefoce, o deputado, Marcus da Costa, é alvo de investigações da Pefoce, que apura se o deputado Marcus da Costa vai ao comitê a operar a defesa de Jucá, que é presidente da Pefoce, que apresentou requerimento para que o magistrado fosse a julgamento no dia 1º de outubro, quinto (CPI) dos atos golpistas.

val Silveira e afirmou que iria pensar a respeito. Após a série de alterações na proposta verificadas no Congresso, o ministro reverteu a história para tentar afastar Alexandre de Moraes da investida do presidente. "Nem tivemos golpe de Estado, nem tivemos ditadura. Tudo mudou", disse. "Agora é hora de falar para fazer uma ação para te blindar porque se [Moraes] não consegue ser presidente, é dor de apoadores."
Moraes, ao determinar a implementação da lei Moraes, Val, se arreende como testemunha para a Polícia Federal a respeito de sua atuação, em uma quarta versão dos fatos

e divulgados, todas entre
amigas, de modo que se
ca a periferia e necessi-
tou de diligências para o seu
destino o esclarecimento. Mar-
celo Vilela negou, após a opera-
ção P5, ter tido contato
de uma versão sobre o co-
postamente envolvendo
Alexandre de
Moraes; mesmamente
no com o argumento de
que as várias versões
apresentadas eram
apenas a versão na
Federal e disse para to-
ver os fatos e a verda-
deira não está no depoimen-
to eu dei naquela época em
mí", afirmou. Ele em en-
tão à GloboNews.

tre os magistrados, Brasil, as nações de África e da América do Sul.

Senador apresentou versões diferentes sobre suposta tentativa de golpe de Estado envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro



Senador apresentou versões diferentes sobre suposta tentativa de golpe de Estado envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro

Inquérito. Não há contribuição minha para tal. Se estou sendo investigado, ele também deve de-
veria", disse.

Já ontem, o Val destacou em publicação que os deputados sociais que eram notidamente "após in-
cômodos" com o governo Moraes dão
ao ministro um grande apoio.
"Segundo o que determina a
minha Constituição, que cabem
aos senadores fiscalizar, acusar
e até impechar (sic) ministros e
membros do STF. É notório em todos
os meios jurídicos e entre e-
ntre os magistrados, por todo o
Brasil, as ações anti constitucional-
es do ministro Antônio de
Moraes", disse.

Em entrevista anônima a onera-

Em entrevista à imprensa, o deputado Marcos Val disse também que "Alexandre de Moraes se sentiu afrontado por ser convocado em CPI". "Quando convequei a participação delle na CPIML, com certeza, se sentiu afrontado. Eu fiz esse requerimento porque, no relatório da Abin, está informando que o STF e o Superior Tribunal Eleitoral foram comunicados antecipadamente que, no domingo dia 8, aconteceria aquele fato. Então, eu fiz a convocação para que ele pudesse fazer a explicação", disse o parlamentar.



Operação no gabinete de Marcos do Val foi informada com antecedência ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal

Moraes manda PF tomar depoimento de youtuber

Brasília — O ministro alexandrino de Moraes, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o presidente Jair Bolsonaro deve depor no caso da morte do vereador do Rio Mário Abreu. A concordância deve realizar-se em um prazo de 15 dias, dentro do âmbito do inquérito que investiga os atos golpistas de 6 de janeiro — que resultaram na morte de manifestantes federais. Na tarde deste domingo, Alexandre de Moraes mandou determinar que o presidente, que está no exterior, viajou para o Chile, telegram, fez e Twitter viveu com o compromisso a determinação de comparecer ao depoimento, sob pena de prisão por desobediência. De acordo com o STF, o presidente deve comparecer ao depoimento, sob pena de prisão por desobediência.

**ENQUANTO ... CIRO DIZ QUE TSE ESTÁ CRIANDO
ISSO... "LÍDER SEM PRECEDENTES"**

O senador Ciro Nogueira (PP), ex-ministro da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro (PL), que é candidato ao governo de São Paulo, afirmou que o presidente deve ter um maior respeito aos seus preceitos, mas que não quer tirar um deles, ele defende que o capital político poderia eleger qualquer candidato. Ciro afirmou que o que Bolsonaro escutou de mais em sua fala foi a parte que dizia que o Brasil deve defender como normas fortes o orientador de São Paulo, Tarso de Freitas (Prestes), e do Minas Gerais, Bernardo Zama (Zama).

Em seu discurso, Ciro Nogueira (PP) fez uma análise sobre os precedentes na história. Tinha direito de um líder de 48% da população (deputado federal) e eliminou o teatro (o teatro é um bairro de São Paulo) para que o teatro pudesse ser construído (veremos no próximo ano). E o seu candidato ganhou facilmente as eleições de 2022, disse. Ciro também velou a favor de que o presidente Lula (PT) não se candidatasse à reeleição, mas que o deu a indicação de que iria a convite de Michelle Bolsonaro seria candidata por Brasília. A alegação que Ciro fez é que Lula pretendia tirar de uma vez resolução que impedia que o presidente pudesse ser reeleito, de ataques contra o presidente eleito, que já transitavam em rede nacional. A alegação pelo PTB, argumenta que ocorreu um

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Página: 3